

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ESTUDANTES

Programa: PMG 2020-2021

Número do edital: 01/2020

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O(A) Chefe do Órgão Acadêmico Responsável do(a) Departamento de Direito Publico, Prof. Titular Leonardo Nemer Caldeira Brant, faz saber que, no período de 11/03/2020 a 18/03/2020, de 09:00:00 às 16:30:00 horas, o(a) Secretaria do Departamento de Direito Público - 9º andar do Ed. Villas Bôas receberá as inscrições de candidatos para o exame de seleção do Programa para atuar nas disciplinas/atividades com carga horária de 12 horas semanais, conforme tabela abaixo:

1.2. No ato de inscrição o candidato deverá optar por uma das modalidades:

- a) Ampla Concorrência
- b) Ações Afirmativas

2. DAS VAGAS

Disciplinas/Atividades	Vagas para Bolsistas de Ampla Concorrência	Vagas para Bolsistas de Ações de Afirmativas	Valor da bolsa	Vagas para Voluntários
Teoria da Constituição	1	0	R\$ 400.00	2
Direito Constitucional I	0	0	-----	2
Direito Constitucional II	0	0	-----	2
Teoria do Estado I	0	0	-----	2
Teoria do Estado II	0	0	-----	3
Direito Administrativo I	0	1	R\$ 400.00	2
Direito Administrativo II	1	0	R\$ 400.00	2
Introdução à Governança Social e Teoria da Gestão Pública	0	0	-----	2
Espaço Urbano e Direito das Cidades e Direito Ambiental	0	0	-----	2
Direito Internacional Público	1	0	R\$ 400.00	2
Direito Internacional Público na Era Global e Direito Internacional e Direitos Humanos (Relações Econômicas Internacionais)	0	0	-----	2
Direito Financeiro	0	0	-----	2
Direito Tributário I	1	0	R\$ 400.00	2

1.1

Teoria do Estado I e Introdução à Política	1	0	R\$ 400.00	2
História e Teoria da Constituição Brasileira e Cidadania Social e Econômica	0	1	R\$ 400.00	2
Cidadania Política e Organização dos Poderes do Estado Brasileiro	0	0	-----	2
Direito Econômico I	1	0	R\$ 400.00	1

3. DOS REQUISITOS DO CANDIDATO

3.1. Poderão inscrever-se alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da UFMG que possuam conhecimentos e habilidades adequadas para o bom exercício do plano de trabalho previsto nas atividades.

3.2. É obrigatório que o(a) aluno(a) possua e mantenha um RSG igual ou superior a 2 ou NSG igual ou superior a 60, no último semestre para o qual a informação já tenha sido disponibilizada pelo DRCA. Essa regra não valerá para estudantes que não tenham RSG ou NSG semestral lançado em seus históricos escolares devido à entrada recente na UFMG.

3.3. Estudantes que tenham feito trancamento total de matrícula no semestre anterior não poderão assumir ou manter bolsa da Prograd, portanto, não poderão participar deste processo seletivo.

3.4. O(A)s estudantes de outras universidades vinculado(a)s à UFMG por meio de Programa de Intercâmbio, não podem participar dos Programas de Bolsas da Prograd, inclusive como voluntário.

3.5. Perfil do candidato:

O candidato deverá ter perfil compatível com a iniciação à docência, atuando no acompanhamento aos alunos, no suporte às atividades de docência, na rede de leitura do Projeto e participando de eventos acadêmicos.

4. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

4.1. No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade, CPF e Certidão Social (se houver),
 - Informar matrícula UFMG, telefone e e-mail,
 - Comprovante de matrícula,
 - Histórico Escolar e) Declaração de Assistência socioeconômica pela FUMP.
 - Comprovante de Registro Acadêmico ou Atestado de Notas emitido pelo DRCA para comprovação de ingresso na universidade pelo Sistema de Cotas.
- e) Curriculum Vitae no formato lattes do CNPq

5. DA SELEÇÃO

5.1. Nota mínima para aprovação: 70.00

1. /

5.2. O exame de seleção compreenderá:

a) prova escrita, de conhecimentos específicos, realizadas na data indicada neste Edital, a partir das listas de pontos constantes de anexo; b) entrevista; c) análise de histórico escolar e curriculum vitae. As provas escritas, que terão a duração máxima de 2h (duas horas), serão realizadas em local previamente definido e divulgado pelo DIP. Nas provas escritas será permitida a consulta à legislação não comentada. As entrevistas serão realizadas nos dias 20 e 23 de março de 2020, em horários e locais previamente definidos e divulgado pelo DIP, a critério de cada banca examinadora. A banca examinadora poderá convocar para a entrevista apenas os candidatos aprovados na prova escrita com nota mínima 70 (setenta).

5.3. A seleção será realizada em: 19/03/2020 às 11:15:00

6. DO RESULTADO DA SELEÇÃO

6.1. Data da divulgação do Resultado da Seleção: 23/03/2020

6.2. Os candidatos serão classificados na ordem decrescente de suas médias apuradas.

7. DO RECURSO

7.1. Caberá recurso do edital, desde que devidamente fundamentado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, iniciado no primeiro dia subsequente ao dia da publicação do resultado de seleção.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Ao estudante com bolsa, é proibido o acúmulo de bolsas acadêmicas em nível de graduação ou acúmulo dessas bolsas com a modalidade de estágio pagas pela UFMG. Essa regra não se aplica às bolsas vinculadas à assistência estudantil concedidas pela FUMP, cabendo ao(a) estudante assistido(a) verificar junto àquela fundação as consequências do recebimento da bolsa de graduação sobre os benefícios que recebe.

8.2. O estudante, bolsista ou voluntário, que participou de Mobilidade Acadêmica Nacional ou Internacional poderá concorrer aos Programas de Bolsas da Prograd, desde que apresente um RSG maior ou igual a 2 ou NSG maior ou igual a 60 em um dos últimos quatro semestres, imediatamente anteriores ao seu retorno. A análise do RSG ou NSG será feita de forma retroativa, a partir do último semestre cursado antes da saída para a mobilidade. Se nesta sequência, constar um RSG menor que 2 ou NSG menor que 60, o estudante estará impedido de concorrer às bolsas da Prograd. Havendo o impedimento, o estudante deverá cursar um semestre letivo para concorrer aos Programas de Bolsas.

8.3 As bolsas têm caráter temporário, não geram vínculo empregatício e são isentas de imposto de renda.

8.4 O estudante bolsista deverá possuir, para recebimento de bolsa, conta corrente pessoal em uma das seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Itaú, Santander, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Intermedium ou Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). Não serão permitidas contas poupança, conjunta e de terceiros.

8.5 As Atividades terão vigência a partir do dia do cadastro no Sistema de Fomento a 15 de dezembro do ano do cadastro, podendo ser renovada somente por 1 vez.


1. A

8.6 O edital terá validade de até 6 (seis) meses, sem prorrogação, contados a partir da data da divulgação do resultado da seleção.

8.7. Outras instruções relevantes para o Órgão Acadêmico responsável pela bolsa.

Nas 12 (doze) horas semanais de atividades de cada monitor, necessariamente estarão incluídas 2h30min (duas horas e trinta minutos) para condução de grupo de leitura oral e debate de obra literária (prosa ou poesia), de modo a criar, no âmbito do Projeto, rede de leitura que deve manter, em horários alternativos aos das aulas obrigatórias, incluindo os sábados, ao menos uma obra em leitura por dia da semana, com o devido registro dos participantes (para fins de atividades complementares de graduação). No desenho ideal, cada grupo é coordenado por um pequeno conjunto de monitores afins às obras selecionadas pela Coordenação a partir das sugestões dos participantes do Projeto (docentes e discentes).

Belo Horizonte, 10 de março de 2020.



Prof. Titular Leonardo Nemer Caldeira Brant
Chefe do Departamento de Direito Público.
Assinatura e carimbo obrigatórios para divulgação

ANEXO I – PROGRAMAS DAS PROVAS ESCRITAS

Teoria da Constituição

1. Paradigmas do Direito: Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito.
2. Controle de constitucionalidade: modelos e formação histórica.
3. Hermenêutica constitucional: as propostas de Dworkin, Günther e Habermas.
4. Poder constituinte e justiça de transição.
5. Matrizes do Constitucionalismo.

Direito Constitucional I

1. Atualidades sobre a dogmática dos direitos fundamentais.
2. Nacionalidade brasileira.
3. Os direitos políticos na CR88.
4. Repartição de competências no federalismo brasileiro.
5. Análise e crítica ao modelo brasileiro de Estado Federal.

Direito Constitucional II

1. Poder Legislativo: funcionamento e estrutura.
2. Imunidades Parlamentares.
3. Processo legislativo.
4. Poder Executivo.
5. Poder Judiciário.

Teoria do Estado I

1. Caracterização da Teoria Geral do Estado
2. As formas de governo e o ponto de vista histórico.
3. Teoria Geral do federalismo.
4. Do Estado Liberal ao Estado social.
5. Estado ético, Estado poiético.

Teoria do Estado II

1. Democracia antiga e moderna.
2. A Constituição e a democracia participativa.
3. O Estado frente ao duelo capital x trabalho na globalização.
4. Sistema partidários e eleitorais.
5. Estado, eficiência pública e democracia na administração.

Direito Administrativo I

1. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação jurídicoadministrativa. Princípios constitucionais da administração pública (expressos e implícitos).
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Descentralização política e descentralização administrativa: distinção. Descentralização administrativa: conceito e espécies. Desconcentração administrativa. Órgãos públicos. Hierarquia. Administração direta e indireta.
3. ENTIDADES DE COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Normas gerais das parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil. Serviços sociais autônomos. 3. Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público.

9. ✓

4. ATO ADMINISTRATIVO: Conceito. Elementos e pressupostos. Atributos. Classificações. Extinção. Invalidação e revogação. Discricionariedade administrativa e limites do controle jurisdicional da administração.

5. PROCESSO ADMINISTRATIVO: Conceito. Espécies. Princípios. Direitos e deveres do administrado. Competência. Forma, tempo e lugar dos atos. Instrução e decisão. Recursos.

Direito Administrativo II

1. Serviço Público: noção, escola do serviço público; princípios e classificação.
2. Delegação de serviços públicos aos particulares: concessão, permissão e autorização. Concessão de serviço público e parceria público-privada
3. Agentes públicos, provimento, investidura e concurso público. Regime constitucional dos servidores públicos. Servidores públicos federais: regime jurídico.
4. Bens públicos: Definição, afetação e desafetação, classificação. Regime jurídico. Espécies de bens públicos
5. Responsabilidade extracontratual do Estado. Evolução. Requisitos do art. 37, § 6º; Denúnciação à lide; Prescrição

Introdução à Governança Social e Teoria da Gestão Pública

1. Modelos organizacionais da Administração Pública (patrimonialista, burocrático e gerencial).
2. Origem e evolução do nepotismo na Administração Pública.
3. Unilateralidade e consensualismo na Administração Pública: análise crítica.
4. Formas de ingresso no serviço público e a profissionalização das carreiras.
5. Administração pública dialógica e os instrumentos de participação administrativa.

Espaço Urbano e Direito das Cidades e Direito Ambiental

Para as disciplinas de Ambiental e Cidades, sugiro:

1. Tratamento constitucional do meio ambiente.
2. Planejamento urbano e meio ambiente equilibrado
3. Cidades sustentáveis
4. Evolução da ocupação territorial no Brasil e política pública habitacional
5. Instrumentos de participação social na área de urbanização

Direito Internacional Público

1. Fontes de Direito Internacional.
2. Tratados.
3. Responsabilidade Internacional dos Estados.
4. ONU
5. Personalidade jurídica internacional.

Direito Internacional Público na Era Global e Direito Internacional e Direitos Humanos (Relações Econômicas Internacionais)

1. Sujeitos de direito internacional
2. Organizações internacionais
3. Responsabilidade internacional
4. Cortes regionais de direitos humanos
5. Tribunais internacionais

Direito Financeiro

1. A

1. Poder Financeiro
2. Federalismo fiscal
3. Planejamento e leis orçamentárias
4. Receitas da CFEM e dos Royalties
5. Equilíbrio financeiro na administração pública

Direito Tributário I

1. Finalidade do Direito Tributário. Distinção entre Tributação (prerrogativa estatal) e Direito Tributário (sistema limitador do poder estatal de arrecadar tributos). Objeto do Direito Financeiro e do Direito Tributário.
2. Parâmetros da tributação: indivíduo ou classe; patrimônio; despesa; produção; renda.
3. Estrutura da regra jurídica tributária e elementos estruturais do tributo.
4. Conceito de tributo e sua divisão em espécies
5. Limitações constitucionais ao poder de tributar: princípios e imunidades.

Teoria do Estado I e Introdução à Política

1. Ideologia, política e democracia.
2. Estado, razão e história.
3. Formas de Estado, Formas de Governo e Sistemas de Governo.
4. Democracias e ditaduras no séc. XXI.
5. Estado nacional, globalização e imperialismo.

História e Teoria da Constituição Brasileira e Cidadania Social e Econômica

1. A redefinição dos direitos fundamentais no constitucionalismo social
2. Os direitos sociais e econômicos nas constituições brasileiras e no direito comparado
3. Para uma nova história do processo de constitucionalização brasileiro.
4. Origens e genealogia da Teoria da Constituição
5. O Constitucionalismo Brasileiro do Pós-Guerra

Cidadania Política e Organização dos Poderes do Estado Brasileiro

1. A ideia de cidadão em mundo globalizado;
2. Cidadania na História;
3. Teoria da Separação dos Poderes: organização e funções;
4. Compreensão histórica do federalismo no Brasil;
5. Organização do Estado Federal no Brasil: a divisão de competências estabelecida na Constituição da República de 1988.

Direito Econômico I

1. Objeto, sujeitos, campo e normas do Direito Econômico.
2. Intervenção do Estado no Domínio Econômico: direito institucional econômico (direta) e Direito Regulamentar Econômico (indireta).
3. Constituição Econômica: história. Conceito e a Constituição Econômica brasileira de 1988.
4. Competência Constitucional para Legislação sobre Direito Econômico na Constituição de 1988.
5. Planejamento Estatal: conceito e principais comandos da Constituição de 1988.

J. A